

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete da Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão

Despacho n.º 11937/2024

Sumário: Designa para exercer as funções de técnica especialista do Gabinete da Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão a licenciada Sofia Salomé Sanches Lourenço Palacin Ferreira.

1 – Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnica especialista no meu Gabinete, a licenciada Sofia Salomé Sanches Lourenço Palacin Ferreira, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Segurança Social.

2 – Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a designada desempenhará funções no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais.

3 – Nos termos conjugados da alínea d) do artigo 12.º e do n.º 6 do artigo 13.º, ambos do referido Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunto.

4 – Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem, sendo a diferença assegurada pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo diploma.

5 – Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de outubro de 2024.

6 – Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

3 de outubro de 2024. – A Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Maria Clara Gonçalves Marques Mendes.

ANEXO

Nota Curricular

I – Dados pessoais

Nome: Sofia Salomé Sanches Lourenço Palacin Ferreira.

Data de nascimento: 13 de agosto de 1970.

Naturalidade: Lisboa.

II – Formação académica

Licenciada em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Psicologia Clínica).

Membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

III – Formação complementar

Curso de Alta Direção em Administração Pública – CADAP, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2010).

Curso de Formação Direito de Menores: o regime de promoção de direitos e de proteção de crianças e jovens em perigo, Universidade Autónoma de Lisboa (2006).

IV – Experiência profissional

Técnica superior da Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), exercendo funções na Divisão da Ação Social e Conceção Normativa da Direção de Serviços da Ação Social e Assuntos Institucionais

(DSASI), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), com especial incidência na área da infância e juventude.

Funções de conceção normativa e regulamentar sobre variadas matérias no âmbito da ação social, com abrangência interna e interministerial, integrando grupos de trabalho designadamente relativos à regulamentação do modelo específico de Cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social, Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, em especial nos cuidados continuados integrados de saúde mental e pediátricos, regulamentação dos termos e condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de ama, normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches, Estatuto do Cuidador Informal, condições específicas de concretização da medida da gratuitidade das creches e legislação conexas, Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI),

Cartas Sociais Municipais no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais no domínio da ação social, bem como um acervo de diplomas referentes à regulamentação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Representante da Direção-Geral na Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança (desde 2021).

No âmbito das suas funções é coautora do documento «Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos» (2006), respetiva atualização (2022), guiões técnicos das respostas sociais e de estudos comparativos relativos a: acolhimento familiar, mecanismos de avaliação do risco ou do perigo, amas, creches, acolhimento residencial e respetiva implementação em países europeus.

Em 2018 exerceu funções na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, tendo integrado a equipa técnica com responsabilidades na conceção e elaboração do «Programa Adélia» destinado às comissões de proteção de crianças e jovens e entidades com competência em matéria de infância e juventude, com o objetivo de promover a capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável no respeito pelo melhor interesse e direitos da criança.

De 1997 a 1999 foi técnica superior na Direção dos Serviços de Justiça de Macau, Estabelecimento Prisional de Coloane – acompanhamento, a nível sociofamiliar e psicológico, de reclusos em prisão preventiva e com sentença transitada em julgado: realização de visitas domiciliárias; elaboração de relatórios sociais e pré-sentenciais; elaboração de relatórios de liberdade condicional e propostas terapêuticas.

De 1995 a 1997 exerceu funções na Polícia Judiciária de Macau, no Núcleo de Análise de Informação (NAI) dos Serviços de Justiça de Macau.

318192741